



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

RESOLUÇÃO Nº 343 /2015

32ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 24.02.2015

PROCESSO DE RECURSO Nº: 1/390/2010

AUTO DE INFRAÇÃO: 2010.00105-6

RECORRENTE: COMÉRCIO DE TECIDOS CEARÁ LTDA.

RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

AUTUANTE: ANA MARIA BRITO DE ALBUQUERQUE

RELATOR: LÚCIA DE FÁTIMA CALOU DA ARAÚJO

EMENTA: ICMS – EMITIR DOCUMENTO FISCAL PARA CONTRIBUINTE BAIXADO DO CGF. 1 – A Empresa Autuada emitiu notas fiscais para contribuintes baixados do CGF **2 –** Por unanimidade de votos, **AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO PARCIAL PROCEDENTE** pela redução da base de cálculo e reenquadramento da penalidade. **3. RECURSO ORDINÁRIO** conhecido e Parcialmente Provido. **Decisão** com base no artigo 92 C/C/ art. 170", inciso II, alínea , "i", do Dec. 24.569/97. Art. 123, III, "k" e artigo 126 da Lei nº 12.670/96, modificado pela Lei nº 13.418/03.

RELATÓRIO

A peça inicial do processo apresenta como acusação: **"ENTREGA, REMESSA, TRANSPORTE OU RECEBIMENTO DE MERCADORIAS DESTINADOS A CONTRIBUINTE BAIXADO DO CGF.**

A EMPRESA SUPRAQUALIFICADA, VENDEU MERCADORIAS NO EXERCÍCIO DE 2007, ATRAVÉS DAS NOTAS FISCAIS DETALHADAS NA PLANILHA ANEXA, PARA EMPRESAS INATIVAS NO CADASTRO GERAL DA FAZENDA – CGF, (VIDE CÓPIAS DAS NF 1 E DAS CONSULTAS CADASTRAS COM DATAS DOS DEFERIMENTOS DAS BAIXAS E EXCLUSÕES EM APENSO). "

Foram apontados como dispositivos legais infringidos, o artigo 92 C/C/ art. 170", inciso II, alínea , "i", do Dec. 24.569/97. Foi sugerida a penalidade inserta no Art. 123, III, "k" da Lei nº 12.670/96, modificado pela Lei nº 13.418/03.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (R\$)

BASE DE CÁLCULO	26.893,29
ICMS	,00
MULTA (20%)	5.378,66
TOTAL	5.378,66

Nas Informações Complementares , o Autuante informa, que examinando livros e documentos fiscais da Empresa **COMÉRCIO DE TECIDOS CEARÁ LTDA.** CGF 06.291.564-9, referentes ao período 01/01/2007 a 31/12/2007, constatou vendas de mercadorias para contribuintes baixados do CGF, pelo cruzamento de dados do laboratório fiscal da Sefaz, com os dados das consultas cadastrais dos contribuintes adquirentes.

A Empresa Autuada, apresenta Impugnação ao Auto de Infração, solicitando **NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO**, sem entretanto apresentar motivo que justifique a solicitada NULIDADE.

O processo é submetido à Julgamento pela Célula de Primeira Instância, que decide pela **PROCEDÊNCIA DA AÇÃO FISCAL**, com a seguinte ementa:

"EMENTA: VENDA DE MERCADORIAS PARA CONTRIBUINTES COM BAIXA NO CADASTRO GERAL DA FAZENDA- Artigos infringidos: arts.92 e 170, II, "i" do Decreto 24.569/97 - Penalidade inserta no Auto de Infração: Art.123, III, "k", da Lei 12.670/96- AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO PROCEDENTE. DEFESA TEMPESTIVA."

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (R\$)

BASE DE CÁLCULO	26.893,29
ICMS	,00
MULTA (20%)	5.378,66
TOTAL	5.378,66



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

A autuada ingressou com **RECURSO ORDINÁRIO** argumentando em síntese, o seguinte:

1. Da não escrituração no Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrências. Desobediência ao art. 823 do RICMS. Obrigação do servidor fazendário, ofensa ao Princípio da Legalidade Nulidade, portanto, nulo é o auto de infração.
2. As empresas apontadas como inativas no CGF a época da emissão dos documentos fiscais de saída, estavam com CNPJ ativo, razão pela qual a transação comercial fora realizada;
3. Que seja declarada a improcedência do auto de infração, eis que a época das vendas as empresas estavam com o CNPJ ativo, bem como não estavam obrigadas a manter cadastro no CGF, haja vista não estarem enquadradas como contribuintes do ICMS, nos termos do art.92 do ICMS, mas do ISS, que mantinham o cadastro por mera conveniência nas relações.
4. Da imposição de multa mais gravosa ao contribuinte. Desconsideração das operações tributadas em regime de substituição tributária e escrituração das notas. Aplicação do parágrafo único do art. 126 da lei 12.670/96 e art.106 do CTN.

A Consultoria Tributária emitiu **Parecer nº 680/2013**, onde se posiciona:

Inicialmente, rejeita-se a **NULIDADE** em razão da não escrituração no Livro de Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrências, dos dados referentes ao Auto de Infração, visto não ser motivo para se declarar NULIDADE da Ação Fiscal, já que não se constitui elemento essencial com força para anular o lançamento.

Quanto ao ilícito, está confirmado, quando o contribuinte emitiu notas fiscais para contribuintes que baixados do CGF, adquiriram mercadorias destinadas à comercialização.

Vale ressaltar que o Cadastro Geral da fazenda, apesar de baixado, não é obrigatório para todas as atividades econômicas. Diante desta possibilidade, a Consultoria Tributária procedeu análise do histórico de cada contribuinte, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, com a finalidade de averiguar a atividade econômica na época do fato gerador do ICMS, ou seja, na data da emissão das notas fiscais que motivaram a autuação.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

1. **AUTO VIAÇÃO FORTALEZA LTDA.** Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros, com itinerário fixo municipal.
2. Empresa **FortLav Fortaleza Lavanderia.** Atividade lavanderia.
3. **Maria das Dores Ricardo Rodrigues,** baixada de ofício em 13.08.1998.

Assiste razão ao reenquadramento da penalidade a ser aplicada ao ilícito praticado, haja vista, a infração que constatada decorre de operações com mercadorias tributadas pelo regime de substituição tributária, cabendo tão somente a multa, razão pela qual a sanção a ser imposta no presente processo é aquela prevista no artigo 126 da Lei Estadual 12.670/96, com nova redação conferida pela Lei Estadual 13.418/2003 e, considerando que a autoridade fiscal anexa aos autos às fls. 18, o Livro de Registro de Saídas e, Mercadorias pertencente a recorrente onde está escriturada a nota fiscal Nº 13.502, objeto do presente auto de infração, entendo que deve ser aplicada a penalidade inserta no parágrafo único do art. 126, da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03. Ocasionalmente a Parcial Procedência do feito fiscal.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (R\$)

BASE DE CÁLCULO	164,25
ICMS	,00
MULTA	1,64
TOTAL	1,64

O Representante da Procuradoria Geral do Estado, adotou o Parecer da Consultoria Tributária.

É O RELATÓRIO



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

VOTO DA RELATORA

A empresa autuada, argui NULIDADES, que foram devidamente afastadas pelo Parecer da Consultoria Tributária.

Analisando a Peça Processual, quanto à questão meritória, a infração tributária *sub examine*, está disciplinada pelos artigos 131 do Decreto 24.569/97, abaixo transcrito, que estabelece que será considerado inidôneo o documento que não guarde compatibilidade com a operação ou prestação efetivamente realizada.

Art. 131. Considerar-se-á inidôneo o documento que não preencher os seus requisitos fundamentais de validade e eficácia ou que for comprovadamente expedido com dolo, fraude ou simulação ou, ainda, quando:

(...)

III - contenha declarações inexatas ou que não guardem compatibilidade com a operação ou prestação efetivamente realizada.

Na realidade, a mercadoria transportada, encontrava-se em situação fiscal irregular, haja vista estarem os contribuintes destinatários baixados do Cadastro Geral da Secretaria da Fazenda.

Art. 829. Entende-se por mercadoria em situação fiscal irregular aquela que, depositada ou em trânsito, for encontrada desacompanhada de documentação fiscal própria ou com documentação que acoberte o trânsito de mercadoria destinada a contribuinte não identificado ou excluído do CGF ou ainda, com documentação fiscal inidônea, na forma do art. 131.

Art. 830. Sempre que for encontrada mercadoria em situação irregular, na forma como define o artigo anterior, deverá o agente do Fisco proceder, de imediato, à lavratura do Auto de Infração com retenção de mercadoria.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

A Consultoria Tributária retirou da base de cálculo os valores relativos à notas fiscais que não necessitavam de CGF, por não serem contribuintes do ICMS.

A legislação como penalidade para a irregularidade citada o artigo 123, inciso III , alínea "k" da Lei 12.670/96.

"Art. 123. As infrações à legislação do ICMS, sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo do pagamento do imposto quando for o caso.

III _ relativamente a documentação e a escrituração

K) entregar, remeter, transportar, ou receber mercadorias destinadas a contribuintes baixados do CGF: multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da operação."

Considerando que as mercadorias relativa às notas fiscais ora analisadas, estão sujeitas ao Regime de substituição Tributária, ao apenar o contribuinte pela infração cometida, deve-se observar o que expressa o artigo 126, da Lei 12.670/96, alterada pela Lei 13.418/03.

"Art. 126. As infrações decorrentes de operações com mercadorias ou prestações de serviços tributados pelo regime de Substituição Tributária, cujo imposto já tenha sido recolhido, bem como as amparadas por não incidência ou contempladas com isenção incondicionada, ficam sujeitas à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da operação ou prestação."

Isto posto, conheço do Recurso Ordinário, dou-lhe parcial provimento, modificar em parte, a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

DEMONSTRATIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (R\$)

BASE DE CÁLCULO	164,25
ICMS	,00
MULTA	1,64
TOTAL	1,64

É COMO VOTO.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO - CONAT
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS - CRT

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

DECISÃO

Processo de Recurso nº 1/390/2010 – Auto de Infração: **1/201000105**.
Recorrente: COMÉRCIO DE TECIDOS CEARÁ LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: Conselheira **LÚCIA DE FÁTIMA CALOU DE ARAÚJO**. **Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe parcial provimento, modificar em parte, a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 22 de 04 de 2015.


Alfredo Rogério Gomes de Brito
PRESIDENTE


Ubiratan Ferreira de Andrade
PROCURADOR DO ESTADO


Abílio Francisco de Lima
CONSELHEIRO


Cígero Roger Macedo Gonçalves
CONSELHEIRO


Lúcia de Fátima Calou de Araújo
CONSELHEIRA


Filipe Pinho da Costa Leitão
CONSELHEIRO


Francisco Wellington Ávila Pereira
CONSELHEIRO


Agatha Louise Borges Macedo
CONSELHEIRA


Valter Barbalho Lima
CONSELHEIRO


Samuel Aragão Silva
CONSELHEIRO